



CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 02, Nº 26 - 15 de Agosto de 2012

A Greve do Serviço Público

Em todos os estados do país e no Distrito Federal, os servidores públicos estão em greve. São cerca de 36 categorias paralisadas, sem contar as que já terminaram a greve e as que ainda não entraram. O governo afirma que as demandas dos servidores é irresponsável e que quebraria o país. No entanto, é possível atender as reivindicações de todos os servidores?

por Eric Gil Dantas

Os salários do funcionalismo estão em queda livre. Após 10 anos de governo do PT, quase todas as categorias ganham menos, em valores reais, do que na década passada.

E a solução encontrada é a greve. Mais precisamente, 36 delas ao mesmo tempo.

A principal delas é na educação. Com quase todas as universidades e IFETS paralisados, os professores e os técnicos-

administrativos – categoria que decreta greve pelo segundo ano consecutivo – exigem reposição salarial e adequação em suas carreiras.

Dilma afirma não ter recursos para acatar as solicitações das diversas categorias, mas continua aumentando o volume de isenções ao grande capital, já tendo aberto mão de uma gorda parte dos impostos que as empresas deveriam pagar, com isenções de IPI, do INSS

na folha do pagamento e outras cargas tributárias.

O Contra-corrente desta quinzena é dedicado ao maior enfrentamento do movimento sindical com o governo Dilma até então.

Veremos como é possível atender as reivindicações dos servidores, ao mesmo tempo que o governo faz uma opção em favor do capital financeiro, em plena greve da maior parte do serviço público federal.

400 mil em greve



Marcha dos servidores federais reuniu 15 mil em Brasília no dia 15 de agosto

O serviço público federal no Brasil passa por uma das maiores greves de sua história.

Já são mais de 400 mil servidores parados, englobando cerca de dez ministérios e dezenas de outros órgãos públicos, como as universidades federais, institutos federais de educação tecnológica, IBGE, Polícia Federal, Tesouro Nacional, Banco Central, Controladoria Geral da União, IBAMA, INCRA, ANATEL e um longo etc.

Segundo dados do DIEESE, entre 2007 e 2011 as greves no setor público aumentaram 138%, mostrando o crescimento da insatisfação com o governo PT.

Quando este dado for revisado, para 2012, o pulo será enorme.

As reivindicações são fundamentalmente por reajuste salarial e reestruturação da carreira.

A greve na Educação

Apesar de setores com pouca tradição de greve estarem compondo esta luta, como os embaixadores do Itamaraty, o principal destaque fica para a educação.

Das 59 universidades federais do país, 57 estão com paralisações de docentes e todas as 59 estão com técnico-administrativos paralisados.

Já no ensino tecnológico, são 40 institutos paralisados. ●

A situação dos docentes das Universidades

Apesar de toda a propaganda do governo Lula de ter melhorado a educação superior do país, os números não são favoráveis a estas conclusões.

Em estudo do Prof. Pierre Lucena (UFPE), publicado em seu blog, o salário de um professor doutor em começo de carreira teve uma perda de 8,7%, se descontada a inflação (IPCA), comparado ao ano de 1998, época de arrocho salarial no governo FHC.

E agora Dilma oferece uma proposta que promete um aumento parcelado em três anos que terá um acréscimo de apenas 0,85%, descontada a inflação até 2015. Sem contar que uma parte dos professores terá perdas salariais.

Dilma e “o kit felicidade” do grande capital

O governo alega que não tem caixa para atender as demandas dos servidores. Será? A folha anual dos servidores ativos e inativos soma R\$ 187,6 bilhões. Apenas com uma parte do “kit felicidade”, a das isenções fiscais para o grande capital, o governo já gastou R\$ 155 bilhões.

No mês passado, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, alegou que se o Congresso aprovasse os 10% do PIB para a educação, poderia “quebrar o Estado brasileiro”.

Mas o problema parece ser justamente o contrário, se continuarmos o nível de investimento atual na educação é que quebraremos o país.

Mas, para as grandes empresas, a realidade não é de migalhas.

O governo continua repassando bilhões de dólares do nosso dinheiro para o grande capital.

No ensino superior privado, Dilma perdoou dívidas de faculdades particulares no montante de R\$13,5 bilhões, em troca de bolsas de estudo, salvando os empresários da educação.

Só para a Ulbra, sediada no Rio Grande do Sul, a dívida a ser perdoada é de R\$ 2 bilhões.

Juntando aos grandes gastos com PROIES e PROUNI, fica evidente qual é a política para a educação do governo: privatizar o ensino.

Números que o Governo esconde

Destino	Valor	Prazo
Renúncia fiscal "Brasil Maior"	25 Bilhões	2012
Gasto com a copa	40 bilhões	2014
Ajuda para Banqueiros	55 bilhões	2012
Amortização da dívida	200 bilhões	2012
Juros e refinanciamento da dívida	164 bilhões	Até julho de 2012
Perdão da dívida das faculdades privadas (Medida Provisória 559/2012)	17 bilhões	2012
Previsão de recursos para a dívida em 2012	635 bilhões	2012
AUMENTO PARA DOCENTES	4,2 bilhões	2015

Fonte: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/740-brasil-crise-e-corrupcao-direita-e-esquerda>

Gastos com a Folha estão em queda

Nos últimos seis anos, de 2006 a 2012, houve uma queda da parte das despesas direcionada a salários do funcionalismo público, apesar do governo insistir que está cada vez mais caro sustentar seus servidores.

Em 2006 era de 22% do total da despesa, hoje é de 20%, segundo dados do Ministério do Planeja-

mento.

No setor automotivo, a isenção de IPI, só de maio a junho, significou cerca de R\$ 2,1 bilhões a menos para o governo.

E este enorme montante não está servindo nem para garantir o emprego no setor, nem pra baixar os preços das mercadorias.

Mas a maior isenção está por vir com o Plano Brasil Maior.

Inicialmente se

abriria mão de R\$ 60,4 bilhões, mas como o lobby é forte no nosso Congresso Nacional, a cada votação, mais setores entram no bolo, por pressão de deputados e senadores.

O valor real só saberemos depois.

Só entre 2011 e 2012, o governo concedeu um valor próximo de R\$ 155 bilhões em isenção fiscal aos empresários.

Já para os servidores... ●

A institucionalização do roubo vem do superávit primário

O governo PT tenta, até hoje, dizer que é diferente do governo anterior do PSDB. No entanto, manteve suas políticas fundamentais, o chamado tripé macroeconômico, sagrado entre os economistas conservadores.

Sua manutenção principal foi o da transferência constante dos recursos públicos para o capital financeiro, via rolagem da dívida e pagamento de juros. O pé chamado “superávit primário”.

Este é o termo por meio do qual foi institu-

cionalizado o desvio de dinheiro dos cofres públicos para o grande capital financeiro internacional.

No ano passado o número desviado foi de R\$ 128,710 bilhões.

Já para este ano, a meta é ainda maior, o governo pretende chegar a R\$139,8 bilhões.

O superávit primário de 2011 foi mais de duas vezes e meia maior do que o orçamento da federação para a educação.

Qual é a prioridade, então? Bancos ou educação e serviços públicos? ●

O que é o superávit primário?

Apesar de o nome parecer ser algo positivo, por conta do “superávit”, é exatamente o contrário. Este termo, que está presente constantemente nos jornais, significa que o governo gastou menos do que arrecadou. Mas pra quê ele faria isto? Aqui não se contabiliza o pagamento da dívida pública. Logo, o que se economiza, tirando de setores como educação, saúde e previdência social, formando o superávit primário, é destinado exclusivamente para pagar a dívida. Este dinheiro vai majoritariamente para os bancos, detentores da esmagadora maioria dos títulos públicos.

EXPEDIENTE

Coordenação Nacional do ILAESE: Cristiano Monteiro, Daniel Romero, Érika Andreassy, Luci Praun, Nando Poeta e Nazareno Go-deiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Atividade Principal 91.99-5-00. **Contra-corrente** é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Editor responsável:** Daniel Romero.